

**REQUERIMENTO** Número / ( .ª)

**PERGUNTA** Número / ( .ª)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

**Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

De acordo com o Plano de vacinação contra a COVID-19 que foi aprovado pelo Governo, foram definidos grupos prioritários por estarem mais vulneráveis ao contágio, em função da sua condição clínica e etária, ou decorrente do risco que envolve o desempenho da sua atividade profissional.

Segundo este Plano, que pode e tem vindo a sofrer alterações em função da evolução do conhecimento científico e das indicações e contra-indicações entretanto aprovadas, a 1ª fase inclui: profissionais de saúde envolvidos na prestação de cuidados a doentes; profissionais das forças armadas, forças de segurança e serviços críticos; profissionais e residentes em Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas (ERPI) e instituições similares; profissionais e utentes da Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados (RNCCI); maiores de 50 anos, com comorbilidades e pessoas com 80 ou mais anos de idade.

Como sabemos a disponibilização e a administração de vacinas seguras e eficazes contra a COVID-19 é uma etapa fulcral para responder à grave crise de saúde pública que vivemos, salvando vidas, permitindo a contenção da doença e protegendo os sistemas de saúde.

A definição da estratégia de vacinação contra a COVID-19, nomeadamente quanto à sua operacionalização, planificação temporal, identificação das populações-alvo prioritárias na administração da vacina é determinante para o sucesso e para a capacidade de enfrentarmos a doença.

Ora, no Plano apresentado pelo Governo, os elementos das forças de segurança são identificados como grupo prioritário, e conseqüentemente foram, desde logo, incluídos na 1ª fase da vacinação.

No entanto, de acordo com a informação transmitida em audição parlamentar por parte do Sindicato nacional da Polícia (SINAPOL) e do Sindicato dos Profissionais de Polícia (SPPP/PSP), até à data, só cerca de 50% do efetivo da PSP e da GNR foi vacinado com a

primeira dose.

Neste sentido, cremos ser de vital importância que o Governo informe, de forma clara e concreta, qual a previsão temporal para concluir o processo de vacinação destes profissionais dado os riscos que estão inerentes no cumprimento da sua missão.

Assim, os Deputados abaixo assinados, nos termos regimentais e constitucionais vêm, colocar as seguintes questões a Sua Excelência o Ministro da Administração Interna:

- Quantos elementos das forças de segurança já foram vacinados à data de 5 de maio?
- Para quando está previsto, em concreto, a conclusão do processo da vacinação de todos os elementos das forças de segurança que estão identificados como grupo prioritário no Plano aprovado pelo Governo?

Palácio de São Bento, 12 de maio de 2021

Deputado(a)s

CARLOS PEIXOTO(PSD)

MÓNICA QUINTELA(PSD)

MÁRCIA PASSOS(PSD)

SARA MADRUGA DA COSTA(PSD)

LUÍS MARQUES GUEDES(PSD)

FERNANDO NEGRÃO(PSD)

ANDRÉ COELHO LIMA(PSD)

EMÍLIA CERQUEIRA(PSD)

DUARTE MARQUES(PSD)

LINA LOPES(PSD)

JOSÉ CANCELA MOURA(PSD)

ARTUR SOVERAL ANDRADE(PSD)

CATARINA ROCHA FERREIRA(PSD)

SANDRA PEREIRA(PSD)